

# REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MOVIMENTO SINDICAL

Edilson José Graciolli – UFU

## RESUMO

Este artigo discute a reestruturação produtiva como parte fundamental da atual ofensiva do capital. Avança, ainda, na análise de como se relacionam luta sindical defensiva e integração à ordem contemporânea capitalista.

Palavras-chave: Capitalismo - Sindicalismo - Sociologia industrial.

## ABSTRACT

This article discusses the productive restructuring as a fundamental part of the current capital offensive. It does also step forth into the analysis as to how defensive union action and contemporary capitalist order relate to one another.

Key words: Capitalism - Syndicalism - Industrial sociology.

## O Significado da Reestruturação Produtiva: Ofensiva da Capital

Na Inglaterra, as greves regularmente deram lugar à invenção e à aplicação de algumas máquinas novas.

As máquinas eram, pode-se dizê-lo, a arma que os capitalistas empregavam para abater o trabalho qualificado em revolta. A 'self-acting mule', a maior invenção da indústria moderna, colocou fora de combate os fiandeiros revoltados. Ainda que as coalizões e as greves tivessem como efeito voltar contra elas os esforços do gênio mecânico, sempre exerceram uma imensa influência sobre o desenvolvimento da indústria (Karl Marx, A miséria da filosofia).

A crise do sindicalismo nos anos 80-90 – cujas pontas visíveis são a progressiva natureza defensiva das lutas cotidianas dos trabalhadores, o significativo refluxo dos projetos anticapitalistas

e, conseqüentemente, a tendência de integração (que é sempre parcial e tensa) à ordem do capital – compõe o quadro da reestruturação produtiva empreendida no plano internacional. Analisar o significado deste movimento do capital, ainda que resumidamente, constitui, pois, o objetivo da primeira parte deste artigo, não só por seus impactos sobre o movimento sindical, tanto no Brasil como em outras partes do mundo, mas também pelo fato de o mesmo ideário (neoliberal), que propulsiona a reestruturação produtiva, incluir a privatização de empresas estatais em seu núcleo de medidas estratégicas. Nesse sentido, a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda no período 1989-93 foi marcada pela viabilização da privatização da CSN, o que exigiu a construção de uma nova concepção de movimento sindical<sup>1</sup>.

Seria a reestruturação produtiva a prova de que viveríamos o fim da sociedade do trabalho, no sentido da perda da sua centralidade, como sustentam Habermas, Offe e Gorz<sup>2</sup>, cada qual com suas particularidades? Por sua capacidade de sintetizar a argumentação, tomo as palavras de Habermas (1987a, p. 105-106) como referência básica desta tese:

<sup>1</sup> O presente artigo corresponde, com algumas modificações, à discussão sobre a reestruturação produtiva com que iniciei a minha tese de doutorado (GRACIOLLI, 1999).

<sup>2</sup> Cf. HABERMAS, J. A Nova Intransparência. *Novos Estudos CEBRAP*, set. 1987; HABERMAS, J. Um perfil filosófico-político: entrevista com Habermas, *Novos Estudos CEBRAP*, sete 1987; OFFE, C. Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental? 1989; OFFE, C.; BERGER, J. A Dinâmica do Desenvolvimento do Setor de Serviços, 1991; GORZ, A. *Adeus ao Proletariado*, 1982; GORZ, A. The New Agenda. *New Left Review*, n. 184, 1990. A tese do fim da centralidade do trabalho é amplamente refutada em ANTUNES, Ricardo, *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, 1999, e, também, ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*, 1995. Cf., também, a competente crítica de MAAR, W. L. Fim da Sociedade do Trabalho ou Emancipação Crítica do Trabalho Social?, 1995.



[...] chegou ao fim uma determinada utopia que, no passado, cristalizou-se em torno do potencial de uma sociedade do trabalho [...] Acima de tudo, a utopia perdeu seu ponto de referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato [...]. Desde a metade dos anos 70 os limites do projeto do Estado social ficam evidentes, sem que até agora uma alternativa clara seja reconhecível. Em razão disso, gostaria de precisar minha tese: a nova ininteligibilidade é própria de uma situação na qual um programa de Estado social, que se nutre reiteradamente da utopia de uma sociedade do trabalho, perdeu a capacidade de abrir possibilidades futuras de uma vida coletivamente melhor e menos ameaçada.

Há, evidentemente, nesta tese, uma identificação entre centralidade do *trabalho* e centralidade do *trabalho abstrato* em sua configuração social democrática. Habermas universaliza as particularidades assumidas pelo trabalho abstrato nas experiências do *welfare state*, como se mudanças nessa maneira particular de organizar o trabalho social significassem a possibilidade de alguma sociedade prescindir do trabalho como atividade de intercâmbio entre o homem e a natureza (atividade esta sempre mediada por relações sociais de produção), ou como se as sociedades contemporâneas não fossem mais centralmente articuladas pela valorização do capital (o que continua a se dar pela exploração do trabalho vivo). Como observa Dias (1997, p. 9),

o fim da sociedade do trabalho e o conseqüente fim das classes trabalhadoras estão, cada vez mais, apocalipticamente, anunciados. Essa aparência, pois disso se trata, tem o poder de colocar o conjunto das classes subalternas na defensiva – redução ao campo econômico-corporativo – e de afirmar a permanente e necessária vitória do capitalismo como vontade da história. Isto é, trata-se de uma aparência que atua no sentido de transformar o movimento real em algo invisível, inaudível, logo, em um não-movimento.

Não se trata de negar o conjunto de transformações que o capitalismo tem gestado no âmbito dos processos de trabalho, dos padrões de consumo, da desregulamentação dos direitos

sociais, da expansão de fronteiras da acumulação do capital privado ou, ainda, das formas de atuação e de intervenção dos Estados e de organismos internacionais articuladores do capital como FMI, Banco Mundial ou mesmo os blocos econômicos. A questão é saber se tais mudanças colocaram por terra o estranhamento<sup>3</sup> ou o sofisticaram. O trabalho estranhado está superado ou, ao contrário, intensifica-se através de tantos outros estranhamentos, como no consumo e na política<sup>4</sup>?

O trabalho sempre forma, quer na perspectiva de uma sociedade emancipada, quer na concretude das formações sociais capitalistas situação em que a atividade vital, o trabalho, se converte em mero meio de sobrevivência para os trabalhadores, base de estranhamento, de fetichismo, para o conjunto das atividades da totalidade social<sup>5</sup>. Assim sendo, trabalho estranhado sob a lógica do capital origina múltiplas formas de estranhamento.

Este parece ser o ponto de partida para se entender o sentido mais amplo da formulação

<sup>3</sup> Por trabalho estranhado, ou estranhamento, designo o trabalho tal como se dá na sociabilidade do capital, em que a dimensão abstrata se sobrepõe à dimensão concreta, em que o valor-de-troca subordina o valor-de-uso, em que o trabalho deixa de ser atividade vital para resumir-se a um mero meio de sobrevivência para as classes trabalhadoras.

<sup>4</sup> Lukács, ao reconhecer que o capitalismo contemporâneo não tem mais na mais-valia absoluta o mesmo papel dominante na valorização do capital, indicou que o problema do estranhamento permanece: *"A luta de classes no tempo da mais-valia absoluta estava voltada para a criação das condições objetivas indispensáveis a uma vida deste gênero [cheia de sentido]. Hoje, com uma semana de cinco dias e um salário adequado, podem já existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido. Mas surge um novo problema: aquela manipulação que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais ergue uma barreira no interior dos indivíduos entre a sua existência e uma vida rica de sentido. Com efeito, a manipulação do consumo não consiste, como se pretende oficialmente, no fato de querer informar exaustivamente os consumidores sobre qual é o melhor frigorífico ou a melhor lâmina de barbear; o que está em jogo é a questão do controle da consciência [...]. Por causa desta manipulação, o operário, o homem que trabalha, é afastado do problema de como poderia transformar seu tempo livre em otium, porque o consumo lhe é instilado sob a forma de uma superabundância de vida com finalidade em si mesma, assim como na jornada de trabalho de doze horas a vida era ditatorialmente dominada pelo trabalho"* (HOLZ, 1969, p. 53-54).

<sup>5</sup> Desde os *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (fevereiro de 1844) até *O Capital*, Marx analisou estas formas do ser social sob a ordem do capital. Um bom estudo sobre os primórdios desta análise marxiana pode ser encontrado em FREDERICO, 1995.



gramsciana, de que “a hegemonia vem da fábrica” (GRAMSCI, 1988, p. 381), ou seja: uma dada visão de mundo adquire a capacidade de racionalizar o cotidiano e ganha a condição de direção intelectual, moral e política, se estabelecida, em primeiro lugar, no mundo do trabalho. Dias afirma que há duas possibilidades da a hegemonia vir da fábrica. Uma delas se dá quando se coloca a perspectiva da construção da sociedade socialista. A outra (que é a que interessa aqui, considerando-se as exigências que a ordem do capital tem relativamente aos trabalhadores) tem lugar

[...] quando a força de trabalho é incorporada ao projeto capitalista [...] Incorporação ativa (convencimento ativo, em especial pela impregnação da nova racionalidade) ou passiva (neutralização das organizações proletárias). A ‘hegemonia nasce da fábrica’ quando há adequação ente racionalidade estatal e racionalidade econômica: esta última se faz horizonte de classe, fazendo-se identificar com patamar civilizatório. [...] A hegemonia não é apenas um projeto político, mas é o campo do possível, do pensável, do praticável. Ela ocorre quando as produções/práticas se pensam na produção/racionalidade material, quando ela é campo de articulação do saber/fazer/sentir/agir (DIAS, 1987, p. 91).

A gestão (controle) social é, necessariamente, da totalidade social, o que exige uma gestão do mundo do trabalho. O imperativo da lucratividade<sup>6</sup>, da valorização do capital, legitima-se e dissemina-se pela totalidade social tanto quanto for convertido em natural, insuperável, irresistível, válido (“invisível” até...) no mundo do trabalho. E, nesta dimensão fundamental, a reestruturação produtiva atual não constitui um divisor de águas entre modernidade e pós-modernidade, posto que as mudanças por ela operadas visam à manutenção do essencial: o controle do capital sobre a totalidade social<sup>7</sup>.

O que estamos querendo sublinhar é que a reestruturação produtiva atual é, para usarmos

os termos gramscianos, a política condensada das classes proprietárias visando a recompor sua hegemonia, ou seja, é o modo concreto (gestão do processo de produção) assumido por uma reforma econômica que quer, no limite, manter, sob “novos” processos produtivos, a valorização do capital. Como observa Gramsci (1988, p. 396), pensando sobre o americanismo:

[...] os novos métodos de trabalho estão indissolúvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro. Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a ‘moralidade’ dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem risse destas iniciativas (mesmo falidas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de ‘puritanismo’ estaria desprezando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano que é *também* o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem.

A reestruturação produtiva atual é, assim, uma revolução passiva. Katz (1995, p. 118-119) sintetizou esta análise com precisão:

A estratégia de grande período-revolução passiva das forças produtivas conduzida pelas classes dominantes no sentido de recompor as bases de sua hegemonia alterou agudamente a composição e as formas de mobilização política das classes trabalhadoras nos últimos 20 anos. Tal ofensiva tende a articular transformações no processo de trabalho (combinação das novas tecnologias com base na microeletrônica às inovações de caráter organizacional, como é o caso do *kan-ban*), grandes alterações no mercado de trabalho e mudanças no modo de intervenção do Estado (desregulamentação das relações de trabalho...). Assim, a correlação de forças estabelecida entre as classes no início dos anos 70 não mais se sustenta e o movimento de contratendência tende a generalizar-se redefinindo a ‘racionalidade’ na esfera produtiva, a programação estatal da economia, o controle das massas e a subalternidade política. O caráter

<sup>6</sup> A expressão é de MÉSZÁROS, 1989.

<sup>7</sup> A este respeito, entendo que os seguintes trabalhos são de grande importância, por captarem, concretamente, a essência da reestruturação produtiva: BRAGA, 1996; SOARES, 1998; ALVES, 2000.



eminentemente defensivo do movimento de trabalhadores constitui uma clara manifestação do momentâneo sucesso desta verdadeira contra-revolução.

O incremento tecnológico atual, em todos os seus ramos, constitui um pilar cada vez mais importante da acumulação capitalista. Ciência e tecnologia - numa palavra, saber - são ainda mais vitais quando o modo de produção capitalista encontra-se efetivamente mundializado<sup>8</sup>. A polivalência exigida de trabalhadores altamente qualificados<sup>9</sup> contribui para ocultar a natureza social da ciência e da tecnologia, o fato de que são produtos do trabalho vivo, isto é, são objetivação de trabalho passado. Na era da informação, o saber e o fazer igualmente se subordinam ao acumular. É preciso, assim, superar uma certa *fetichização* da ciência/tecnologia, pois também elas são engendradas por relações sociais e não podem ser vistas como autônomas diante das circunstâncias que lhes originaram. Um exemplo significativo dessa modalidade de fetichização é que, freqüentemente, se omite que a força de trabalho é a primeira de todas as forças produtivas. Enfim, por forças produtivas não se pode entender apenas e tão somente as tecnologias de que se dispõe; a força produtiva matriz é a força de trabalho.

<sup>8</sup> O capitalismo é necessariamente global, um sistema de controle social total onde, de acordo com a atualíssima análise do *Manifesto do Partido Comunista*, “pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países [...] A burguesia arrasta para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança”, (MARX; ENGELS, s/d., p. 24-25). À guisa de precisão, assumo que hoje o capitalismo realiza de forma mais extensa e intensa aquilo que lhe é inerente: mundializar-se na sua incessante busca de autovalorização. Neste sentido, não partilho da tese da globalização como expressão de uma nova ordem mundial, de uma “comunidade” global. À medida em que o capital busca valorizar-se em grau máximo, se possível em tempo zero, o traço distinguível da atual fase do capital é o que Chesnaís denomina de *mundialização financeira* (cf., a respeito, CHESNAIS, 1998).

<sup>9</sup> Essas características, polivalência e alta qualificação, estão presentes em um segmento relativamente restrito no universo de trabalhadores assalariados. Sobre elas, cf. CORIAT, 1994; LOJKINE, 1990; LOJKINE, 1995 (principalmente o capítulo IX, “A divisão classista em questão”).

Adorno (1986b, p. 41-42) discutindo a emergência do nazismo e o que fazer para evitar sua reincidência, chamou a atenção para o risco mencionado:

[...] no tocante ao consciente coisificado também se deveria observar a sua relação com a técnica, e isso não apenas em grupos pequenos. A relação com a técnica é tão ambígua quanto aquela, aparentada, com o esporte. Por um lado, cada período produz aqueles tipos de caráter de que necessita socialmente - os chamados tipos de distribuição psíquica. Um mundo como o atual, em que a tecnologia ocupa posição-chave, produz pessoas tecnológicas, afinadas com a tecnologia. Isso é bem racional: será mais difícil iludi-los, na sua própria área, e isso pode ser transferido para o âmbito mais geral. Por outro lado, a atual atitude para com a tecnologia contém algo de irracional, patológico, exagerado. Isso está relacionado com o ‘véu tecnológico’. *As pessoas tendem a considerar a tecnologia como algo em si, como fim em si mesmo, como uma força com vida própria, esquecendo-se, porém que se trata do braço prolongado do homem.* Os meios - e a tecnologia é a essência para a autopreservação da espécie humana - são fetichizados porque as finalidades - uma existência digna do ser humano - são encobertas e arrancadas do consciente humano<sup>10</sup>.

Há, efetivamente, uma tendência a fetichizar as inovações tecnológicas e mesmo de gestão da força de trabalho, no sentido de se compreender esse conjunto de mudanças como um determinismo tecnológico. Conforme observaram Holloway e Peláez (1998, p. 21-25), em sua crítica à análise da chamada escola regulacionista:

<sup>10</sup> Os grifos são meus. Adorno sintetizou o significado de véu ideológico ao argumentar sobre a impossibilidade de haver alguma dimensão na sociedade capitalista isenta do fenômeno da reificação: “[...] Já não há lugar fora da engrenagem social a partir do qual se possa nomear a fantasmagoria; só em sua própria incoerência é que se pode encaixar a alavanca. A isso é o que, há décadas, Horkheimer e eu queríamos nos referir com o conceito de ‘véu ideológico’. A falsa identidade entre a organização do mundo e os seus habitantes, mediante a total expansão da técnica, acaba levando à reafirmação das relações de produção, cujos beneficiários entretantes se procura de modo quase tão frustrante quanto os proletários se tornaram invisíveis” (ADORNO, 1986a, p. 73-74).



Recentemente, o argumento de que o capitalismo está desenvolvendo-se em uma Nova Realidade tem adquirido uma nova solidez teórica, com o desenvolvimento dos conceitos de fordismo e pós-fordismo. Argumenta-se que estamos em uma fase de transição de uma “velha ordem” (fordismo) para uma “nova ordem” (pós-fordismo). [...] O determinismo tecnológico incorpora uma teoria de como a sociedade se desenvolve e certas considerações sobre a natureza da tecnologia. [...] Nesta discussão da tecnologia já podemos ver algumas das idéias avançadas pelos teóricos do pós-fordismo e, em sua forma mais popular, pelos partidos Comunista e Trabalhista. Assim, os teóricos da regulação que primeiro lançaram a tese pós-fordista na França argumentam que um período de renovada acumulação de capital depende principalmente do estabelecimento de uma ‘complementaridade harmônica’ ou ‘correspondência’ entre a tecnologia dominante e o contexto social. Acima de tudo, admite-se que é inevitável e desejável que a sociedade possa se adaptar para seguir as novas tecnologias. (...) Nas recentes discussões sobre tecnologia na Grã-Bretanha, uma das principais críticas ao determinismo tecnológico veio da abordagem de Edinburg, que privilegia os condicionantes sociais da tecnologia (*social shapinh approach*). A argumento apresentado neste enfoque é que não se pode falar de uma trajetória tecnológica autônoma, porque se examinarmos o desenvolvimento tecnológico poderemos ver que está condicionado em todos os pontos por uma problemática social de gênero, raça, classe e grupos profissionais. Neste sentido, focar a discussão da tecnologia sobre seus impactos está deslocado: o que precisamos examinar, primeiramente, é a maneira como a sociedade condiciona a tecnologia. Este enfoque permite, potencialmente, um entendimento mais político da tecnologia [...]

A crítica mais consistente ao determinismo tecnológico (que fetichiza a tecnologia) é aquela que desvenda os confrontos sociais a partir de seus determinantes complexos, considerados de acordo com a “dialética das determinações recíprocas”. Esse é o caso de Mészáros (1993, p. 83) para quem

[...] as modificações do mercado, a extensão posterior da divisão do trabalho, o incremento das forças produtivas da sociedade, a concentração do capital, as mudanças abrangentes no padrão social de consumo, o desenvolvimento do conhecimento científico, da comunicação, do transporte, da tecnologia educacional, etc. – todos esses fatores têm um

suporte vital no desenvolvimento das classes e da consciência de classes, da mesma forma que os últimos fatalmente afetam os primeiros, de uma forma ou de outra.

Esse é o ponto: a reestruturação produtiva é uma exigência da lógica do capital (predominância do valor de troca sobre o valor de uso, forma mercadoria como predominante e determinante, processo incessante de extração da mais-valia, valorização do capital como critério social central<sup>11</sup>, alteração da composição orgânica do capital, no sentido da redução do capital variável e do aumento do capital constante), vale dizer, da dinâmica da luta de classes. Sim, porque a antítese fundamental não perdeu vigência: trabalho assalariado e propriedade privada dos meios de produção são relações sociais estruturalmente inter-relacionadas. Mas, no diapasão destacado por Mészáros, as transformações no âmbito da produção também engendram alterações nas formas de ser das classes sociais e, particularmente, das classes trabalhadoras.

Portanto, ao contrário do que sustenta a escola da regulação<sup>12</sup>, de que teria havido uma superação do fordismo pelo que chamam de pós-fordismo, acreditamos que a reestruturação produtiva atual guarda muito mais elementos de continuidade com o fordismo do que, de fato, supõe tal corrente de análise. Claro que fraturas, fragmentação, complexificação, precarização (trabalho temporário, trabalho parcial, trabalho informal), terceirização, desregulamentação dos direitos sociais integram o cenário que já foi pintado, acertadamente, como de horror

<sup>11</sup> A própria proeminência (se é que se pode falar nestes termos) do capital especulativo sobre o capital que é reinvestido na produção, freqüentemente caracterizada como novidade absoluta dos tempos contemporâneos, precisa ser relativizada. Não que em outro momento do capitalismo se tenha assistido a tamanha ciranda especulativa; porém, já em *O Capital*, Marx registrara que “de 1844 a 1847, retirou o capitalista parte do seu capital de negócios produtivos para especular em ações de empresas ferroviárias; ao tempo da guerra de Secessão americana, fechou sua fábrica, lançando o trabalhador no olho da rua, para jogar na bolsa de algodão de Liverpool”, (MARX, 1985, nota 14, p. 216).

<sup>12</sup> Penso, aqui, principalmente em autores como AGLIETTA, 1979, BOYER; MISTRAL, 1983, BOYER, 1990 e CORIAT, 1985.



econômico<sup>13</sup>. Negligenciar os impactos da reestruturação produtiva é colocar-se fora da possibilidade de entender adequadamente os processos sociais em curso. Mas, lembremo-nos: tais processos são sociais, eles expressam uma brutal forma de ser da luta de classes na contemporaneidade, não decorrendo de um determinismo econômico.

Também a flexibilização dos processos produtivos, dos mercados de trabalho, dos padrões de consumo, dos direitos sociais - estes últimos, na verdade, alvo de intenso combate na direção da sua supressão ou, no mínimo, da sua progressiva redução - deve ser entendida como parte da estratégia da ofensiva do capital sobre o trabalho, e não como o que Sabel e Piore (1984, p. 225) chamaram de uma “especialização” flexível, conceito que, segundo estes autores

[...] sugere que o caminho para sair da crise demandava uma mudança no paradigma tecnológico e um novo sistema de regulação. Se a recuperação fosse por esta via, os anos 70 e 80 seriam vistos, retrospectivamente, como uma virada de página na história da mecanização: o período em que a sociedade industrial voltou aos métodos artesanais de produção, considerados marginais desde o século XIX e que acabaram por se revelar fundamentais para a prosperidade.<sup>14</sup>

No centro da análise de Sabel e Piore (1984) estão a idéia de que o afastamento das linhas rígidas de produção em série e dos produtos padronizados e a tendência para um universo vasto de pequenas empresas, com trabalhadores polivalentes produzindo mercadorias para grupos específicos de consumidores que garantiriam a superação dos problemas engendrados a partir do que chamam de crise econômica do Ocidente. Em suas palavras: “[...] a presente deterioração do desempenho da economia resulta dos limites do formato de desenvolvimento industrial que se assenta na produção em série” (p. 4). Sua análise

apóia-se, fundamentalmente, na experiência da chamada Terceira Itália. Na formulação de Antunes (1995, p. 17-18), a tese de Sabel e Piore pode ser assim sintetizada:

um processo “artesanal”, mais desconcentrado e tecnologicamente desenvolvido, produzindo para um mercado mais localizado e regional, que extingue a produção *em série*, comportando experiências bem-sucedidas também em regiões industriais nos EUA, na Alemanha e na França, entre outras áreas, inspirado num *neoproudonismo*, seria então responsável pela superação do modelo produtivo que até recentemente dominou o cenário da produção capitalista. O elemento causal da crise capitalista seria encontrado nos excessos do fordismo e da produção em massa, prejudiciais ao trabalho, e supressores da sua dimensão criativa.

Coriat (1992, p. 151-153) criticou a “generalização abusiva” da tese da especialização flexível em Sabel e Piore, indicando a impossibilidade da sua generalização. Clarke (1991) no mesmo rumo crítico, mas com intensidade maior, sustenta que a especialização flexível não rompeu com traços importantes do fordismo (como a intensificação do trabalho, a sua desqualificação e a sua desorganização), e não é “universalmente aceita”. Sua conclusão é bastante clara:

[...] assim como as pressões competitivas vindas de novas formas do fordismo, mais desenvolvidas e mais flexíveis, logo forçaram Ford a introduzir os homens de Pinkerton e o Departamento de Serviço, também os especialistas flexíveis e os especialistas em nichos de mercado já estão sofrendo a pressão de competidores que conseguiram reconciliar as economias de escopo com as economias de escala [...]. A crise do fordismo não é nada de novo; é apenas a mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo (p. 150).

Qual a lógica da descentralização industrial, das inovações tecnológicas e da precarização do trabalho que caracterizam essa variante (mais do que nunca capitalista) do processo de produzir bens e serviços sob a forma de mercadoria? Pensando exatamente sobre a experiência italiana, Schmitz (apud SOARES, 1998, p. 40-41) observa que

<sup>13</sup> Refiro-me ao título do importante livro da ensaísta e crítica literária Viviane Forrester, publicado pela Editora da Unesp.

<sup>14</sup> José de Lima Soares, *Sindicalismo no ABC Paulista...* faz uma competente crítica das teses desses autores (especialização flexível).



o caso italiano é particularmente impressionante, pois demonstra a emergência de um próspero setor de pequenas empresas. Os empregadores italianos reagiram às ondas de greves, nos anos sessenta, por meio da descentralização. Inicialmente, o que se via era a existência de empresas em que os empregados eram explorados ao máximo, ganhando pouco e trabalhando muito. As empresas que dispunham de tecnologia rudimentar competiam no sentido de abaixar os custos da mão-de-obra. No entanto, o que foi surpreendente, este setor tornou-se inovador e transformou-se numa rede crescente de pequenas empresas, adaptando ao mesmo tempo tecnologias tradicionais e baseadas em computação, a fim de participar de mercados que passavam por mudanças rápidas. Em alguns setores sub-empregados dependentes começaram a confederar-se. Empregavam suas capacidades coletivas a fim de planejarem processo e produtos inovadores, que lhes proporcionassem um acesso cada vez mais independente aos mercados.

Harvey (1992, p. 178-179), por sua vez, apresenta um registro preciso de como se combinam mudança e conservação na reestruturação produtiva:

A insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilização e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos é por certo correta (uma leitura cuidadosa de *O Capital* de Marx sustenta esta afirmação). O argumento de que há um agudo perigo de se exagerar a significação das tendências de aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica, deixando-nos cegos para a força que os sistemas fordistas de produção implantados ainda têm, merece cuidadosa consideração. E as conseqüências ideológicas e políticas da superacentuação da flexibilidade no sentido estrito da técnica de produção e das relações de trabalho são sérias o bastante para nos levar a fazer sóbrias e cautelosas avaliações do grau do imperativo da flexibilidade [...]. Mas considero igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente.

Ao concluir suas observações, Harvey (1992) indicará que o capitalismo contemporâneo

mantém inalteradas suas três principais características: é voltado para o crescimento; o trabalho vivo é o lastro da valorização do capital; supõe uma incessante inovação tecnológica e organizacional na produção. Fazemos apenas uma ressalva: o capitalismo é um sistema de controle social (Mészáros) voltado não para o crescimento, genericamente falando, mas para a sua valorização. Tanto que a esfera especulativa adquire, hoje, um hiperdesenvolvimento (necessariamente crítico, é verdade, pois não pode, em termos absolutos e permanentes, descolar-se da esfera produtiva), exatamente porque, circunstancialmente, realiza em patamares maiores o objetivo do capital: valorizar-se, mesmo que por meio da estagnação setorial e conjuntural da esfera produtiva.

Sintetizando, cremos que a reestruturação produtiva expressa uma intensa ofensiva do capital sobre os trabalhadores, e o faz (e sob a vigência da racionalidade totalizadora capitalista não poderia ser diferente) através de múltiplas formas (precarização do trabalho, desregulamentação dos direitos sociais, por exemplo), visando a tornar ainda mais consistente a subsunção real e formal do trabalho ao capital.

Apesar de longa, gostaríamos de concluir este tópico com esta excelente síntese de Antunes (1999, p. 29-30) sobre a crise atual do capitalismo:

Após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo, a partir do início dos anos 70, começou a dar sinais de um quadro crítico, cujos traços mais evidentes foram:

- 1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção. A conjugação deste elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;
- 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava;
- 3) hipertrofia da esfera financeira que ganhava



relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;

4) a maior concentração de capitais através de fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;

5) a crise do welfare state ou do Estado de bem-estar social e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;

6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam este novo quadro crítico.

O ponto “6” da síntese feita por Antunes aponta para o pano de fundo da trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: a privatização da CSN. Mas como privatizá-la se, no final dos anos 80, os seus trabalhadores construíram uma experiência concreta de sindicalismo combativo, que vivenciou momentos de controle operário da usina e ousou apontar para saídas da crise da CSN fora das alternativas do ideário neoliberal? O lema neoliberal “privatizar é preciso” seria mas facilmente construído a partir da derrota de um projeto sindical e do estabelecimento de um outro projeto sindical. Entre estes dois momentos e com tal pano de fundo foi que se deu a trajetória que esta pesquisa procurou analisar.

Ainda uma contribuição para se entender o lugar das privatizações no receituário neoliberal nos parece relevante. Para Pagotto (1996, p.71).

Questionando o porte do que denomina “Estado Assistencial”, o neoliberalismo acredita que a esfera decisória que ele comporta perdeu toda a racionalidade, e serve apenas para atender expectativas políticas “viciadas” identificadas com o corporativismo. A ordem, então, tem sido: desregulamentar a economia, ou seja, o conjunto de relações sociais apropriadas para garantir a eficácia econômica, deixando que o “mercado” exerça o seu poder de gerenciar as necessidades gerais e as atividades econômicas; e, com isso, privatizar as empresas estatais, identificadas com o atraso, a ineficiência e a corrupção.

A parte seguinte procurará examinar como o movimento sindical vem respondendo à crise estrutural contemporânea do capital e como tem se dado o avanço de uma concepção sindical formatada nos parâmetros da resposta que o capital busca implementar àquela crise. E isso porque, claramente, a atual estratégia de combinação da extração da mais-valia absoluta com a mais-valia relativa se dá em um quadro de profunda dificuldade da parte das classes subalternas em se diferenciarem e se contraporem, teórica e praticamente, à recomposição de hegemonia do capital.

### **Luta Defensiva e Integração à Ordem**

Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho s a forma de capital, e, do outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes [...] A coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Ainda se empregará a violência direta, à margem das leis econômicas, mas doravante apenas em caráter excepcional. (Karl Marx, O Capital, capítulo XXIV).

Ao concluir a sua tese de doutorado, Ariovaldo Santos (1997) apresenta três fatores que determinaram a inserção do movimento sindical brasileiro na corrente geral de crise sindical, após uma década (a de 80), onde o sindicalismo brasileiro diferenciou-se do europeu, em termos de formas de luta (com ampla utilização da greve), de conquistas efetivadas e de taxas de sindicalização. De acordo com Santos (1997, p. 284)

Nós vimos como o movimento sindical brasileiro passa de uma situação de apatia a uma atitude fortemente ofensiva nos anos 1980. Nós vimos também como esta atitude ofensiva deu lugar a posições cada vez mais defensivas nos anos 1990. De uma fase de conquistas o movimento sindical entrou em uma nova etapa, marcada por numerosas perdas, sem que as centrais fossem capazes de fornecer uma resposta convincente ao problema. Assim sendo, após ter evoluído ao



oposto de seus congêneres dos países capitalistas [centrais], o movimento sindical encontrou-se com a tendência geral de crise sindical. Segundo nossa análise, a crise que sacudiu o sindicalismo brasileiro foi determinada pela conjunção de três fatores. Primeiramente, a implantação no país, após 1989, de programas identificados ou inspirados pelo neoliberalismo. Em segundo lugar, paralelamente, há uma adoção por parte do patronato de uma posição mais flexível com relação à força de trabalho a fim de afastá-la de suas organizações de classe, ou seja das centrais e dos sindicatos. Em terceiro lugar, a crise se sustentou nas dificuldades das centrais darem uma resposta adequada aos problemas gerados pelas transformações econômicas e políticas em curso. Portanto, os impasses se multiplicaram sem que as centrais fossem capazes de propor uma resposta que pudesse fazer sua [atrair, aglutinar] a força de trabalho que se encontrava no interior e fora da empresa.

Santos tem razão ao dizer que, nos anos 1980, o movimento sindical no Brasil distinguiu-se das tendências observadas na Europa, onde a taxa de sindicalização, por exemplo, decresceu. Visser, referindo-se a tal crise, diz que

entre 1980 e 1990, na maior parte das sociedades ocidentais capitalistas industrializadas, a taxa de sindicalização – o número de filiados de todos os sindicatos em relação à população assalariada – caiu. Na Europa do Oeste em seu conjunto, mas sem computar as novas democracias que são a Espanha, Portugal e Grécia, ela passa de 41% em 1980 para 34% em 1989. Com a Espanha, Portugal e Grécia a baixa seria ainda mais forte e o nível ainda mais baixo. Em comparação, a taxa de sindicalização baixou no Japão de 30% em 1980 para 25% em 1989, nos EUA de 23% para 16%. Na Europa do Oeste nós encontramos grandes diferenças. Na Espanha, França, Grã-Bretanha, Países Baixos e em menor medida na Itália, Irlanda, Grécia e Portugal registra-se uma forte queda da taxa de sindicalização, assim como uma baixa absoluta do número de sindicalizados (por exemplo, na Espanha, França e Grã-Bretanha). Ao contrário, nota-se somente um ligeiro recuo – sobretudo na segunda metade da década – na Bélgica, em Luxemburgo, Alemanha Ocidental (antes da reunificação em 1989), na Áustria e na Dinamarca. Na Finlândia, Noruega e Suécia o sindicalismo aumentou seus efetivos nos anos 1980, ainda que nestes países uma reviravolta se verifica após 1988.

A respeito dos traços assumidos pelo sindicalismo brasileiro, nos anos 80, Antunes (1995, p. 63) mostra que

os anos oitenta trouxeram inúmeras transformações no sindicalismo brasileiro. Em boa medida no contra-fluxo da defensividade sindical européia, aqui deu-se um significativo avanço no movimento grevista, uma explosão do sindicalismo dos assalariados médios, uma expansão efetiva do sindicalismo rural, um aumento das taxas de sindicalização, além do nascimento das centrais sindicais, e em especial da CUT.

O processo que Bihr (1998, p. 83-87) chama de *fragmentação do proletariado* é real e constitui séria dificuldade para uma ação e, mais do que isto, para uma concepção sindical de enfrentamento com a ordem do capital. Bihr afirma que três grandes subconjuntos se formam no interior das classes trabalhadoras a partir da ofensiva do capital:

1. os proletários estáveis e com garantias (que são, progressivamente, em menor número, com razoável ou alta qualificação, que são menos atingidos na deterioração da remuneração da sua força de trabalho e que, por fim, tendem a uma ação sindical mais corporativa, no sentido gramsciano de econômico-corporativo);
2. os proletários excluídos do trabalho e até do mercado de trabalho especificamente (que vivem por longos períodos, às vezes permanentemente, alijados da possibilidade de vender sua força de trabalho, dependem da seguridade social, fortes candidatos ao mergulho na pobreza e na miséria);
3. os proletários das empresas que operam por subcontratação (terceirização) e por encomenda (trabalho precarizado em pequenas e médias empresas, trabalhadores em tempo parcial, temporários, estagiários, trabalhadores da economia subterrânea, que tentam escapar do desemprego trabalhando clandestinamente).

Ora, examinando as causas do refluxo por parte dos trabalhadores na direção de uma alternativa fora da ordem do capital (no sentido de concepção e ação sindicais comprometidas com a construção de uma sociabilidade anticapitalista) é óbvio que essa fragmentação dificulta enormemente tal possibilidade. Mas é preciso indicar onde está a raiz desta dificuldade.



Santos, ao nosso ver, acerta quando diz que a adoção pelo governo das medidas e do ideário neoliberais foi um dos fatores que explica a guinada no movimento sindical brasileiro a partir do final dos anos 80. Isso foi decisivo, até porque absolutamente central na estratégia capitalista de ofensiva, para que houvesse a recomposição da hegemonia capitalista, ou seja, da sua capacidade de dar direção moral, intelectual e política. Concordamos também com o terceiro elemento por ele indicado (a dificuldade das centrais darem uma resposta que incluísse os trabalhadores empregados e aqueles que foram terceirizados ou que já viviam o desemprego estrutural, “[...] *os do interior e os de fora da empresa*”). Mas, aqui, com uma questão que precisa ser melhor trabalhada: por que as centrais (e particularmente a CUT) não deram respostas adequadas?

Quanto ao segundo fator levantado por Santos (ofensiva patronal para afastar os trabalhadores das suas organizações de classe, sindicatos e centrais), cremos que deva ser relativizado, já que não era a única modalidade de atuação das classes proprietárias: quando se tratava de sindicatos ligados à Força Sindical ou, num momento mais recente, de sindicatos cutistas já afinados com o projeto de sindicalismo participacionista (afinados com a prática e a concepção de concertação social, ao estilo das câmaras setoriais), a orientação patronal não era no sentido de combater as organizações sindicais, mas de reconhecê-las como expressão de um sindicalismo contemporâneo, moderno, não anacrônico, apropriado aos “novos tempos da globalização”. Na própria CSN, como os capítulos seguintes mostrarão, a proposta sindical de parceria foi amplamente respaldada pelos agentes privatistas, pelo governo e, posteriormente, pelos novos proprietários da usina. Portanto, se não se pode negar a ofensiva patronal com vistas a fortalecer a idéia de sindicatos por empresas (aí, sim, uma prática claramente articulada com o esvaziamento dos sindicatos por categoria), não se pode desconsiderar que uma dada proposta sindical foi grandemente apoiada pelo patronato.

Isso remete a discussão para o ponto central desta parte do artigo: quais têm sido as posições predominantes nos sindicatos diante da reestruturação produtiva? Ao qual se segue outro:

qual o preço que se paga quando essas posições tendem a permanecer no campo econômico-corporativo e a legitimar o presente como eterno, natural, imutável, “aprazível” até?

Analisando essas questões, Soares (1998, p. 206)<sup>15</sup> indica a existência de pelos menos três tendências, ou teses, no interior da CUT:

A primeira tese parte da premissa de que o sindicalismo, hoje, estaria caindo no neocorporativismo setorial, onde a marca registrada dessa política estaria no sindicalismo de *concertação social* (via câmaras setoriais, acordos patronais envolvendo sindicato e empresas, etc.), portanto, um sindicalismo de novo tipo, de tendência neocorporativista, setorialista. A segunda tese aponta para um sindicalismo de caráter social democrata, que concebe a política desenvolvida a partir dos acordos setoriais como uma saída táctica para a atual crise [...]. A terceira tese reconhece que – embora o movimento sindical tenha mudado por imposição das mudanças no mundo do trabalho, da reestruturação produtiva – ainda assim ele continua mantendo uma perspectiva de autonomia política, de classe, de unidade e de solidariedade em relação aos trabalhadores. Ou seja, o ‘novo sindicalismo’ ainda estaria voltado para os interesses históricos dos trabalhadores.

A centralidade que a proposta de sindicalismo de concertação social vem ganhando na própria CUT fica evidente no modo como Vicentinho (que aqui expressa não apenas a sua opinião, mas também a da corrente majoritária na CUT, a Articulação Sindical, que, por sua vez, coordena um bloco com outras tendências) define a experiência da câmara setorial da indústria automobilística:

O Brasil dos arrastões, da miséria absoluta, ainda tem jeito. A proposta de acordo assinada em janeiro de 93 no âmbito da Câmara Setorial da Indústria Automotiva é um momento importante no sentido de reconstruir a economia nacional. O plano de metas, aprovado ao lado de um acordo trabalhista inédito e histórico e de uma redução de preços dos automóveis entre 10 e

<sup>15</sup> Principalmente o capítulo IV, “Algumas posturas do movimento sindical em face da reestruturação produtiva”.



15%, pode significar uma alavancagem decisiva para o País. Não só porque a atividade no setor automotivo é responsável por aproximadamente 10% do PIB e por um dos maiores índices de geração de empregos diretos e indiretos. Mas, principalmente, porque, num momento em que o Brasil está mergulhado numa profunda crise de incertezas, o acordo descortina um importante horizonte de previsibilidade para o País. Do ponto de vista dos trabalhadores, os resultados alcançados nesta nova rodada de negociações da Câmara Setorial abrem um novo cenário para as relações trabalhistas em nosso País. Conquistamos uma política salarial que por certo será uma referência de política para todos os trabalhadores (apud SILVA, 1991, p. 5).

Na visão de Arbix (1996, p. 26), importante estudioso e defensor das câmaras setoriais como uma aposta no futuro, a experiência no setor automobilístico “[...] apenas colocou o conflito na mesa, reordenando-o através da negociação, legitimando o direito de cada grupo intervir na nova comunidade constituída”. Como se sabe, o termo “comunidade” possui dupla origem: “com unidade” e “com um múnus”, ou seja, com uma mesma tarefa. Segundo este viés de análise, ainda que persistam formas de *conflito*<sup>16</sup>, os componentes dos esquemas tripartites seriam parceiros de uma mesma tarefa, possuiriam uma unidade. Resta saber se o antagonismo básico (objetivamente assentado nas relações sociais que permitem a extração da mais-valia, vale dizer, trabalho assalariado e propriedade privada dos meios de produção) não existe mais.

Na verdade, a CUT sofreu uma inflexão crucial na sua trajetória<sup>17</sup>. Rodrigues (1997) situa este ponto no IV CONCUR (4 a 8 de setembro de 1991), fundamentalmente pela questão central em tela: os rumos da CUT, se ainda definidos por uma perspectiva classista ou se conformados a uma política de negociação. Este aspecto estratégico se expressava, também, nos alinhamentos no interior do IV CONCUR:

<sup>16</sup> próprio termo *conflito* (ao invés de, por exemplo, *antagonismo* ou *confronto*) já designa uma matriz funcionalista, de *input* e de *output*, sim, mas, no limite, de reprodução de uma ordem, pretensamente orgânica e harmônica. A linguagem também é neutra.

<sup>17</sup> RODRIGUES, 1997 apresenta um estudo da CUT, desde a sua fundação (1983) até a experiência das câmaras setoriais (1992).

A eclosão de profundas divergências dividiram o IV CONCUR em dois blocos fundamentais: de um lado, a tendência Articulação, em aliança com a Nova Esquerda, a Vertente Socialista e a Unidade Sindical e, do outro lado, todas as outras tendências, capitaneadas pela CUT pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista, Força Socialista e outros pequenos grupos que se estruturaram no que os sindicalistas denominavam de “Antártica”, significando anti-Articulação (...). Quais os principais temas deste congresso? Segundo dois membros da corrente sindical CUT pela Base, o que estava em jogo nas diferentes teses era a definição do rumo da Central na década de 90. A principal questão era se a CUT deveria marchar para ser uma Central de negociação, de contratação apenas, ou se deveria combinar seu papel de negociar com sua característica inicial de Central de enfrentamento, do confronto com o projeto global da burguesia (p. 182-183).

Entendemos, contudo, que o ponto de inflexão na política de enfrentamento da CUT já se deu no III CONCUR (1988), quando foram reformados os estatutos da entidade. A partir desse momento, o projeto classista da CUT começou a ser abandonado. A propósito, Rodrigues (1997, p. 183) mesmo reconhece que, no IV CONCUR, “era a primeira vez que se adotavam os critérios dos estatutos da CUT que foram aprovados no III CONCUR”, onde aparecia crítica ao caráter de massa dos congressos da central. De fato, a relação entre delegados de base e de diretoria para os congressos da CUT, acontecidos em 1988 (III) e em 1991 (IV), revela um processo de centralização/burocratização da representação:

**Tabela 1**

Relação entre Delegados de Base e de Diretoria Presentes ao III e IV CONCURS (em percentual)

ORIGEM	1988	1991
Diretoria	49,2	83,0
Base	50,8	17,0
Total	100,00	100,0

Fonte: RODRIGUES, 1997, p. 185.

Rodrigues (1997, p. 235-236) termina seu



trabalho mostrando sua incerteza quanto aos rumos a serem seguidos pela CUT:

[...] de modo geral, apesar das ambigüidades entre o discurso e a prática, a experiência das câmaras setoriais está indicando uma mudança significativa no padrão de ação sindical *cutista*. Até que ponto essa forma de atuação será hegemônica no interior do sindicalismo-CUT? Não há uma resposta imediata para essa questão. Contudo, pelos fatos expostos e pela atividade cotidiana de muitos sindicatos filiados à Central, podemos afirmar que existem fortes indícios para supor que essa *práxis* sindical venha se consolidar e se fortalecer na Central Única dos Trabalhadores.

Pensamos que o desenho esboçado por Rodrigues vem se confirmando, que essa tendência ao sindicalismo de concertação ganhou forte presença na CUT. Dentre as razões para isso, certamente a conjuntura político-eleitoral que se seguiu à vitória de Collor para a presidência não pode ser desconsiderada, até pela sua importância na implantação das medidas neoliberais. Boito Jr. (1994, p. 25-26) assim se manifestou a respeito:

A eleição de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República representou uma grande derrota para o movimento sindical organizado na CUT. Em primeiro lugar, pelo simples fato de Collor ter assumido o poder através do voto popular. Em condições semelhantes, é muito mais difícil fazer luta sindical contra um governo eleito do que contra um governo ditatorial em crise (Figueiredo) ou contra um governo civil eleito por via indireta, desfigurado pela morte de Tancredo Neves e tutelado pelos militares (Sarney). Em segundo lugar, foi uma derrota porque embora a CUT, ainda caudatária no plano organizativo e ideológico da estrutura sindical corporativa reformada, não tivesse assumido de modo aberto e conseqüente a candidatura Lula, a Central deu apoio ao candidato do PT e tinha clareza sobre o caráter antipopular e anti-sindical da candidatura Collor de Mello. Desde os primeiros dias de governo, Collor implantou uma política econômica recessiva, evidentemente desfavorável à organização e à luta sindical. Essa nova situação coincidiu, no plano internacional, com a crise final dos países de economia estatal planejada, crise que foi apresentada como a crise final do socialismo. O impacto foi ampliado pela ofensiva ideológica do neoliberalismo em escala

internacional, e recém vitorioso no Brasil com a eleição de Collor de Mello.

A rigor, o neoliberalismo não efetivou apenas uma ofensiva ideológica: seus resultados concretos (claro, do ponto de vista da ordem do capital) não podem ser desconsiderados. Como observa Perry Anderson (1996, p. 15)

No conjunto dos países da OCDE, a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80, e a tendência de queda continua nos anos 90. A deflação, por sua vez, deveria ser condição para a recuperação dos lucros. Também nesse sentido o neoliberalismo obteve êxitos reais. Se, nos anos 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5,4 pontos negativos para 5,3 pontos positivos. *A principal razão dessa transformação foi, sem dúvida, a derrota do movimento sindical*, expressada [sic] na queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção de salários. Essa nova postura sindical, muito mais moderada, por sua vez, em grande parte era produto de um terceiro êxito do neoliberalismo, ou seja, o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente (...). Finalmente, o grau de desigualdade aumentou significativamente no conjunto dos países da OCDE: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente que os salários.<sup>18</sup>

Somente poderemos entender convenientemente porque o sindicalismo (e mesmo os partidos de trabalhadores) encontra-se

<sup>18</sup> Na seqüência da argumentação, Anderson diz que apenas em um aspecto o neoliberalismo não obteve êxitos, exatamente o das taxas de crescimento, jamais retornadas às dos anos 50 e 60. Sua explicação para tanto é absolutamente pertinente: “[...] a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação dos investimentos [porque] a desregulamentação financeira que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva”, (p. 16). A este respeito, ainda, conferir o trabalho de CHESNAIS, 1997, onde, às páginas 31 e 32 ele mostra como a tendência de investimentos dos gastos internos totais nos EUA é claramente de queda (de cerca de 70% em 1945 até cerca de 5% nos anos 90).



na defensiva e, conseqüentemente, não consegue dar “respostas adequadas” aos trabalhadores se a análise levar em conta as dificuldades destes em pensar e agir a partir de um projeto para além do capital. Essa constitui uma das principais chaves para a inteligência dos êxitos do neoliberalismo: a ofensiva do capital encontra melhores condições para cumprir seus objetivos em uma situação em que os trabalhadores abdicaram de projetos e práticas anticapitalistas.

A supremacia do mercado (que Gramsci chama de ideologia da livre troca) corresponde à visão de mundo inerente às classes proprietárias; de outra parte, a adesão a esta visão por parte de vários segmentos, por vezes ampla maioria, das classes trabalhadoras significa que estas ainda não adquiriram “...consciência da sua força e das suas possibilidades e modos de se desenvolver e por isso não sabem superar a fase de primitivismo” (GRAMSCI, 1988, p. 32).

Em sua teoria ampliada do Estado, Gramsci sustenta que a sociedade civil apresenta elementos do momento estatal, correspondendo a uma das duas esferas constitutivas do Estado (que se define pela articulação entre sociedade política e sociedade civil)<sup>19</sup>. A partir disso, Gramsci (1998, p. 32-33) faz uma crítica ao modo como o liberalismo elabora a relação entre Estado e sociedade civil, mostrando como as distintas classes se relacionam com o ideário liberal:

[...] afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. Mas, como na realidade fátua sociedade civil e Estado se identificam, deve-se considerar que *também o liberalismo é uma ‘regulamentação’ de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico*. Portanto, *o liberalismo é um programa político*, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado; isto é, a modificar a distribuição da renda nacional.

<sup>19</sup> “[...] deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção)”, (GRAMSCI, 1988, p. 149).

*É diferente o caso do sindicalismo teórico, quando se refere a um grupo subalterno. Através desta teoria ele é impedido de se tornar dominante, de se desenvolver além da fase econômico-corporativa para alcançar a fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e dominante no Estado [...] O sindicalismo teórico não passa de um aspecto do liberalismo [...] Exclui-se a transformação do grupo subordinado em dominante, seja porque o problema nem ao menos é formulado (fabianismo, De Man, parte notável do laborismo), ou porque é apresentado sob formas incoerentes e ineficazes (tendências social democratas em geral) [...]”<sup>20</sup>.*

Gramsci, portanto, indica, com acerto, a importância que teve uma determinada concepção/prática sindical para a consolidação do liberalismo enquanto visão hegemônica, no seu tempo. É isto que se deve reter quando se analisa a relação entre o neoliberalismo e o sindicalismo de parceria.

Deve-se levar em devida conta que o neoliberalismo é uma unidade entre programa de reestruturação produtiva e intensa luta no plano dos valores, da visão de mundo, enfim, das formas de representar e legitimar a realidade. Claro, entretanto, que tais mudanças não se articulam com um processo de “*elevação civil das camadas mais baixas da sociedade*” (GRAMSCI, 1988, p. 9), sendo antes um conjunto de *contra-reforma* que busca lograr uma *hegemonia*, cujo “[...] *programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto pelo qual se apresenta toda reforma intelectual e moral*” (GRAMSCI, 1988, p. 9). Se as classes subalternas (condição superior para a manutenção dessas classes enquanto exploradas e dominadas) aderirem à visão de mundo das

<sup>20</sup> Os grifos são meus. Convém fazer um registro quanto aos *usos* das formulações gramscianas, até porque Gramsci mesmo advertiu para o risco de textos serem *forçados*, isto é, “fazer os textos dizerem, por amor das teses, mais do que eles realmente dizem”, (cf. GRAMSCI, *apud* DIAS, et al. 1996, p. 106). Como se sabe, a fim de contornar os limites impostos pela censura fascista, Gramsci freqüentemente usou metáforas e/ou expressões substitutivas de autores, concepções, categorias, etc.. Ao citar passagens dos *Cadernos do Cárcere*, não o faço a partir de um dogmatismo ou de uma reificação da sua obra. Entendo que a contemporaneidade do pensamento de Gramsci está, precisamente, na capacidade que este teve em reconhecer “[...] *a prática política e a história como laboratórios reais da teoria*”, (DIAS, et al. 1996, p. 112).



classes proprietárias, se elas conceberem o dado como única, última e natural forma possível de sociabilidade, se nelas não houver a compreensão de que o presente é histórico (resultado, portanto, de causalidades que foram sendo alteradas por teleologias em disputa, processualidade que enseja novas causalidades) e não natural, bem, neste caso, as classes subalternas “renunciam” à possibilidade (também histórica, claro, nunca inevitável) de um outro Estado e, mais do que isto, de uma sociedade emancipada (sem classes e sem Estado).

Ainda, segundo Gramsci (1988, p. 31): “[...] o economicismo, na sua forma mais acabada, não passa de uma filiação direta do liberalismo [...]”. Ou seja, limitar-se ao horizonte da reprodução da força de trabalho enquanto mercadoria é condição de subalternidade, fator imprescindível para que as classes trabalhadoras sejam hegemônicas pela visão de mundo das classes proprietárias que, desta forma, convertem a sua particularidade numa visão universal.

As lutas e os movimentos cada vez mais limitados à imediatidade, inclusive, são importantes razões pelas quais graves e cada vez mais intensas crises econômicas não têm encontrado, por parte das classes trabalhadoras, uma resposta para além da ordem do capital. Sim, porque ainda é necessário reconhecer que “[...] pode-se excluir que, de per si, as crises econômicas imediatas produzam acontecimentos fundamentais; apenas podem criar um terreno favorável à difusão de determinadas maneiras de pensar, de formular e resolver as questões que envolvem todo o curso ulterior da vida estatal” (GRAMSCI, 1988, p. 52). Na medida em que o campo de ação e elaboração dos trabalhadores estão delimitados pela visão de que o mercado, o trabalho assalariado, a propriedade privada dos meios de produção e o Estado são o fim da história, as crises criam terreno favorável, só que há enormes dificuldades para serem difundidas outras racionalidades, simplesmente pelo fato de que elas não foram formuladas ou postas em prática nas organizações dos trabalhadores (como laboratórios de uma nova civilização).

Nesse sentido, a integração ao economicismo coloca sérios obstáculos para que os trabalhadores, vendo-se diante da *fortuna*, tenham suficiente *virtù*. A deusa grega oferece-

lhes, mediante sedução, o que lhes daria um outro patamar civilizatório; falta-lhes, todavia, virilidade (capacidade, astúcia, política suficiente) para tanto.

Não se opera, aqui, com um politicismo em substituição ao outro “ismo”. Até porque, como tentamos indicar, o economicismo não é “econômico”, sentido estrito. A política, como organização de uma vontade e de uma racionalidade distinta por parte dos trabalhadores, atua, interage sobre uma causalidade dada: *“os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”* (MARX, [19—], p. 203).

A ausência de um projeto sindical que pense para além do capital tem gerado sérias debilidades e, segundo Bihr (1998, p. 101), é responsável pelos repetidos fracassos do movimento sindical em tentar integrar trabalhadores instáveis e desempregados em suas ações:

Há causas sérias nesses fracassos repetidos. A começar pelas reações de indiferença e até mesmo de hostilidade dos trabalhadores “com garantias” e “estatutários” que ligam, não sem razão, a presença dos instáveis a um processo de desqualificação e de intensificação do trabalho. Mas o essencial não está exatamente aí. Reside na instabilidade constitutiva dos instáveis e dos desempregados, que torna quase impossível sua integração em estruturas sindicais, tais como uma seção de empresa ou mesmo uma federação de ramo. O sindicalismo ‘vertical’, que privilegia a dimensão de categoria e profissional, herdada do período fordista, encontra-se aqui totalmente inadaptado. Somente um sindicalismo com estruturas ‘horizontais’, que privilegia a dimensão interprofissional, é adequado para organizar ao mesmo tempo trabalhadores permanentes, instáveis e desempregados.

A complexificação e a fragmentação das classes trabalhadoras, segundo a análise de Bihr (1998, p. 102-103), produzem desdobramentos como o neocorporativismo<sup>21</sup> e, inclusive, o enfraquecimento da greve enquanto instrumento eficaz de luta:

<sup>21</sup> Como indica ANTUNES, p. 64, não se trata, aqui, de um “... corporativismo estatal, mais próximo a países como Brasil,



Mas não são somente a representatividade e a legitimidade dessas organizações que se encontram assim abaladas: a eficácia de seus modos de ação tradicionais também está colocada em questão. A começar pela prática da *negociação coletiva*, desenvolvida no nível da empresa ou do ramo, que mostra cada vez mais seus limites em sua tendência a não mais concernir nem aos trabalhadores temporários (particularmente aos interinos) nem aos subcontratados, na maior parte das vezes excluídos da aplicação dos contratos coletivos. Assim, entra nos resultados da prática sindical a cisão jurídica do coletivo de trabalho em consequência do desenvolvimento do trabalho instável. E a fragmentação do proletariado exerce efeitos igualmente negativos sobre a prática de *greve*, reduzindo singularmente sua eficácia. O recurso à subcontratação (principalmente das empresas de serviço) permite, com frequência, que a empresa que utiliza essa mão-de-obra evite qualquer risco de conflito desse gênero, ou que repasse o risco à empresa que a fornece.

Beynon (1997, p. 18), a partir de uma pesquisa sobre as mutações no mundo do trabalho na Inglaterra, constata a emergência de várias formas do *trabalhador hifenizado*:

Se tentarmos relacionar essas alterações com as mudanças nas relações de trabalho e emprego, um sem-número de processos complexos ficará evidente. Está claro que a antiquada força de trabalho característica dos anos 50 foi severamente atingida. A dos 90 é composta de um sem-número de diferentes tipos de empregados: trabalhadores de tempo parcial (*part-time-workers*), temporários (*temporary-workers*), de emprego casual (*casual-workers*) ou mesmo por conta própria (*self-employed-worker*). Ao adentrarmos no século XXI, esses *trabalhadores hifenizados* estarão se tornando uma parte cada vez mais significativa da economia.<sup>22</sup>

Todos estes elementos sustentam a conclusão de Bihl (1998, p. 102) de que “[...] a *ofensiva capitalista [...] afronta menos o movimento operário do que o pega por trás*”. Quando o movimento sindical, ou parte dele, estiver vinculado ao programa político-econômico-social neoliberal, existirá a real possibilidade de um isolamento desses sindicatos diante do conjunto dos trabalhadores, uma vez que eles tendem a se pautar por uma muito duvidosa defesa dos interesses mais imediatos do núcleo de trabalhadores “estáveis”, vivendo, concretamente, o corporativismo que o integra à lógica do capital.

Para concluir esta reflexão, pensamos que as formulações de Dias (1997, p. 20) contribuem bastante para resumir o argumento de que o economicismo é condição de subalternidade:

Um dos principais elementos de subordinação do pensamento e das práticas das classes subalternas, no sentido gramsciano, é precisamente a brutal dificuldade de elas elaborarem a sua própria identidade. O seu saber/pensamento é construído, errática e fragmentariamente, a partir da sua inserção subordinada na estrutura social. As classes subalternas têm que, em um processo permanente de luta contra essa dominação/saber, dar respostas concretas e imediatas aos problemas colocados pelos dominantes. É, normalmente, no interior, no próprio cerne destas práticas e discursos, que aparecem diante da totalidade do social como a única possibilidade, como naturalidade, como horizonte, que as respostas das classes subalternas se configuram como não-saberes. E é exatamente por isso que os saberes/práticas dos dominantes ditam os ritmos e as formas de todo saber constituído. A não-estruturação autônoma das classes subalternas, o fato de elas terem que ser resposta a outros – os dominantes –, faz com que a totalidade da sua existência (rica e contraditória) seja tendencialmente reduzida à cotidianidade, à imediatividade, à fragmentariedade, atuando, fundamentalmente, nos limites do campo econômico-corporativo, ou seja, da sua reprodução pura e simples. Perde-se, assim, a perspectiva da construção do momento ético-político, vale dizer o da construção da sua identidade como classe e, portanto, o projeto de sua hegemonia.

A reestruturação produtiva que a ordem do capital vem empreendendo desde a segunda metade dos anos 70 exigia a construção de um

México, Argentina, mas de um corporativismo societal, atado quase que exclusivamente ao universo categorial, cada vez mais excludente e parcializado, que se intensifica frente ao processo de fragmentação dos trabalhadores, em vez de procurar novas formas de organização sindical que articule amplos e diferenciados setores que hoje compreendem a classe trabalhadora”.

<sup>22</sup> Neste trabalho, Beynon revela que o emprego no setor estatal da economia inglesa declinou, entre 1982 e 1992, em mais de 1 milhão (precisamente 1,223 milhões de empregos nesse setor foram eliminados). Esta tendência se verificou, claramente, no caso da Companhia Siderúrgica Nacional.



novo tipo de trabalhador, cujo horizonte não incluisse a combatividade, sendo-lhe, antes, tanto quanto possível, parceiro. E, para tanto, a subjetividade operária e do conjunto dos assalariados deveria restringir-se ao campo econômico-corporativo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. Capitalismo tardio ou sociedade industrial? In: COHN, G. (Org.). **Adorno**. São Paulo: Ática, 1986. p. 73-74. (Grandes Cientistas Sociais, n. 54).

\_\_\_\_\_. Educação após Auschwitz. In: COHN, Gabriel (Org.). **Adorno**. São Paulo: Ática, 1986. p. 33-45 (Grandes Cientistas Sociais, n. 54).

AGLIETTA, M. **Regulación y Crisis del Capitalismo: a Experiencia de los Estados Unidos: México, Siglo XXI, 1979.**

ALVES, Giovanni A. P. **O Novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 9-37.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Novo sindicalismo no Brasil.** 2. ed. rev./ ampl. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ARBIX, Glauco. **Uma aposta no futuro: os primeiros anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística.** São Paulo: Scritta, 1996.

BEYNON, Huw. As Práticas do Trabalho em Mutação. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos.** São Paulo: Boitempo, 1997. p. 9-38.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o Movimento Operário Europeu em Crise.** São Paulo: Boitempo, 1998.

BOITO Jr., Armando. De Volta para o Novo Corporativismo: a Trajetória Política do Sindicalismo Brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 3, 23-28, jul. set. 1994.

BOYER, R. **A Teoria da regulação: uma Análise Crítica.** São Paulo: Nobel, 1990.

BOYER, R.; MISTRAL, J. **La crise actuelle: d'une analyse historique à une vue prospective.** Paris, CEPREMAP, 1983.

BRAGA, Ruy. **A Restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHESSAIS, François. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Mundialização financeira: gênese, custos e riscos.** São Paulo: Xamã, 1998.

CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 150, 1991.

CORIAT, Benjamin. **El Taller y el Cronometro: ensayo sobre el Taylorismo, el Fordismo e la Producción en Masa.** México: Siglo XXI, 1985.

\_\_\_\_\_. **El Taller y el Robot: ensayos sobre el Fordismo y la Producción en Masa en la Era de la Electrónica.** México/Espanha: Siglo XXI, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização.** Rio de Janeiro: Revan; Ed. da UFRJ, 1994.

DIAS, Edmundo F. **A Liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivação.** Campinas: Gráfica do IFCH/UNICAMP, 1997. (Textos Didáticos 29).

DIAS, Edmundo F. et al. **O outro Gramsci.** São Paulo: Xamã, 1996. p. 106.

FREDERICO, Celso. **O Jovem Marx 1843-44: as Origens da Ontologia do Ser Social.** São Paulo: Cortez, 1995.

GORZ, A. **Adeus ao Proletariado: para Além do Socialismo.** Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GRACIOLLI, Edilson J. **Um Laboratório Chamado CSN: greves, privatização e Sindicalismo de Parceria (a Trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda - 1989/1993).** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - IFCH, UNICAMP. Campinas: 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HABERMAS, Jürgen. A Nova Intransparência. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, 18, p. 103-114, set. 1987.

\_\_\_\_\_. Um Perfil Filosófico-Político: entrevista com Jürgen Habermas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 18, p. 77-102, set. 1987.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.



- HOLLOWAY, John; PELÁEZ, Eloína. *Aprendendo a Curvar-se: Pós-Fordismo e Determinismo Tecnológico*. **Outubro - Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, 2, p. 21-30, nov. 1998.
- HOLZ, Hans et al. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- KATZ, C. et al. **Novas Tecnologias: Crítica da Atual Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995.
- \_\_\_\_\_. **A classe operária em mutações**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- MAAR, Wolfgang Leo. Fim da Sociedade do Trabalho ou Emancipação Crítica do Trabalho Social?. In: VIGEVANI, Túlio et al.. **Liberalismo e Socialismo: velhos e novos paradigmas**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [19—].
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1. 10. ed. São Paulo, Difel, 1985. 2 v.
- \_\_\_\_\_. O dezoito brumário de Luis Bonaparte. In: MARX, K.; Engels, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [19—].
- MÉSZÁROS, István. Consciência de Classe Necessária e Consciência de Classe Contingente. In: \_\_\_\_\_. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social: Ensaio de Negação e Afirmção**. São Paulo: Ensaio, 1993. p. 75-119.
- \_\_\_\_\_. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo, Ensaio, 1989.
- OFFE, Claus; BERGER, J. A Dinâmica do Desenvolvimento do Setor de Serviços. In: \_\_\_\_\_. **Trabalho & Sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. v. 2.
- OFFE, Claus. Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?. In: \_\_\_\_\_. **Trabalho & Sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v. 1.
- PAGOTTO, Maria Amélia Ferracciú. **Mito e Realidade na Automação Bancária**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - IFCH, UNICAMP, Campinas, 1996.
- RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997.
- SABEL, C.; PIORE, M. **The Second Industrial Divide**. Nova York: Basic Books, 1984.
- SANTOS, Ariovaldo de Oliveira. **La Crise Syndicale au Brésil: les Centrales Face aux Transformations du Monde du Travail**. These (Doctorat en Sciences Sociales, Sociologie). Institut d'étude du Développement économique et social, Université de Paris I - Panthéon, Sorbonne, Paris, 1997.
- SILVA, E. B. **Refazendo a fábrica fordista: contratos da indústria automobilística no Brasil e na Grã-Bretanha**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SOARES, José de Lima. **Sindicalismo no ABC Paulista: reestruturação produtiva e parceria**. Brasília: Outubro - Centro de Educação e Documentação Popular, 1998.
- VISSER, Jelle. Syndicalisme et Désyndicalisation. **Le Mouvement Social**, Editions Ouvrières, 162, p. 17-40, jan./mar. 1993.